

CERCIPER Copperativa de Epudação Reabilitação, Cabacoação a Indusão de Fare, CIAL - MIMO ESS 260 601. Entoro 50 + 4820-161 (aite - Fortuga) - 1, 455 - 155 450 850 - gera Scendió (prinony cerdió) prin GPS 11 250



CONTRATO

Procedimento N.º 02/2024 - Consulta Prévia "Aquisição do Fornecimento de Gás Natural"

PRIMEIRO OUTORGANTE - CERCIFAF - Cooperativa de Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Fafe, C.R.L., NIPC n.º 500 860 602, com sede na Rua 9 de Dezembro, n.º 99, 4820-161 Fafe, representada legalmente
por titular do Cartão de Cidadão n.º válido até e e e e e e e e e e e e e e e e e e e
como CERCIFAF.
SEGUNDO OUTORGANTE - GOLD ENERGY - Comercializadora de Energia, S.A., NIPC n.º 507 857 542, com sede na Quinta do Almor, Fraga de Almotelia, Loja 4, R/C B, 5000-061 Vila Real, representada legalmente por vila de Cidadão n.º válido até
doravante designado como Adjudicatário.

Preâmbulo

- 1. Que, após o Procedimento N.º 02/2024 Consulta Prévia "Aquisição do Fornecimento de Gás Natural", nos termos da alínea c) do número 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31/08 Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), na sua atual redação, o CA da CERCIFAF deliberou, na reunião de dezassete de maio de dois mil e vinte e quatro, conforme ata número trezentos e noventa e cinco, aprovar a minuta do contrato e adjudicar à empresa GOLD ENERGY Comercializadora de Energia, S.A., o procedimento acima referido, cuja eficácia, terá início a contar da data de publicação no portal base (www.base.gov.pt), tendo em consideração o disposto na cláusulas 6.ª do Caderno de Encargos.
- 2. O presente contrato reger-se-á pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª Objeto do Contrato

O Adjudicatário obriga-se, perante a CERCIFAF, a cumprir o Procedimento n.º 02/2024, tipo Consulta Prévia, que tem como objeto a "Aquisição do Fornecimento de Gás Natural", e que se rege segundo o caderno de encargos e demais documentação processual (ponto n.º 2, do art.º 96 do CCP), enviada a cobro do nosso Ofício Circular N.º 08/2024-RT de 12/04/2024, documentos que fazem parte integrante do presente contrato e que, por brevidade, aqui se dão como reproduzidos os aspetos essenciais.

Cláusula 2.ª Prazo Contratual

1. O contrato tem a duração de um ano, com início a 01 de junho de 2024 e término a 31 de maio de 2025, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação dos contratos.





2. O contrato só assume, toda sua eficácia, para efeitos de pagamentos após a publicação no portal base (www.base.gov.pt), plataforma destinada à publicação dos procedimentos de Contratação Pública.

Cláusula 3.ª

Preço Contratual

- 1. O preço contratual, é fixado em 27.766,16 € (vinte e sete mil, setecentos e sessenta e seis euros, e dezasseis cêntimos), para a vigência do contrato, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.
- 2. O preço referido inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à entidade adjudicante, conforme preceitua as cláusulas 17.º e 18.º do caderno de encargos.

Cláusula 4.ª

Condições de Pagamento/ Dados para Faturação

- 1. As condições e prazos de pagamento encontram-se definidas na cláusula 22.ª do Caderno de Encargos.
- 2. Os dados para faturação devem ser os designados na cláusula 23.ª do Caderno de Encargos.

Cláusula 5.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

- 1. A CERCIFAF deve comunicar ao Adjudicatário, o mais rápido possível, qualquer anomalia resultante nos bens e serviços contratualizados.
- 2. Pagar por Transferência Bancária, a(s) fatura(s) que lhes for(em) apresentadas, tendo em consideração o disposto nas cláusulas 18.ª, 22.ª e 23.ª do Caderno de Encargos.

Cláusula 6.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

- 1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação do fornecimento de gás natural, bem como prestação dos serviços necessários para o início do fornecimento, dos pontos identificados no Anexo I, do Caderno de Encargos, conforme os procedimentos técnicos e as condições de qualidade a que são legalmente obrigados;
 - b) Obrigação de mediar e obter resposta esclarecedora, junto da entidade legalmente responsável pelo fornecimento de gás natural, em situações de falha no fornecimento ou de fornecimento sem a qualidade exigível pelos regulamentos aplicáveis, sendo da responsabilidade do Adjudicatário garantir o pagamento de eventuais indeminizações provenientes de danos e outros custos relacionados com a situação de ausência de fornecimento ou de fornecimento deficiente;
 - Prestar os serviços necessários para o processo de alteração de comercializador sem encargos para a entidade Adjudicante;
 - d) Efetuar a manutenção periódica anual dos PRM (Postos de Redução e Medição).
- 2. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao fornecimento de bens que integram o objeto do presente procedimento.
- 3. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.





4. Durante a vigência do contrato, obrigação de substituição e reparação das deficiências e/ou avarias detetadas, num prazo considerado adequado à resolução do problema sinalizado, após comunicação pela entidade Adjudicante, aos serviços competentes da Adjudicatária, por forma a garantir o normal funcionamento do serviço.

Cláusula 7.ª

Alterações ao Contrato

- 1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambas as outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
- 2. A parte interessada na alteração deve comunicar à contraparte, por escrito, essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
- 3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
- 4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 8.ª

Cessão da Posição Contratual

A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, e da devida fundamentação nos termos do CCP.

Cláusula 9.ª

Caução

Não é exigível prestação de caução ao abrigo da alínea a), do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 10.ª

Boa Fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Cláusula 11.8

Legislação Aplicável

O presente contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, bem como pelas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do serviço a contratar, vigentes na legislação portuguesa.

Cláusula 12.ª

Gestor do Contrato

Para os efeitos previstos no art.º 290.º-A do CCP, o CA nomeou como Gestor do Contrato o colaborador, que tem como meio de contacto o correio eletrónico: geral@cercifaf.pt.





Cláusula 13.ª

Proteção de Dados Pessoais

- 1. O Adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, Lei nº 58/2019 de 08 de agosto, na sua atual redação.
- 2. Constituem, designadamente, obrigações do Adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
 - a) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
 - b) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pelo Responsável pelo Tratamento (RT) dos dados pessoais da CERCIFAF, para tratamento dos dados pessoais;
 - c) Proibição de partilha dos dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da CERCIFAF, ou decorrente de obrigação legal;
 - d) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
 - e) Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes.
- 3. Finda a vigência do contrato, o Adjudicatário tem a obrigação de eliminar/apagar os dados pessoais, que tenham sido objeto de tratamento, no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes.

Cláusula 14.ª

Resolução de Litígio

- 1. Em caso de litígio relativamente ao cumprimento dos termos constantes no presente contrato, os Outorgantes comprometem-se a diligenciar, por via do diálogo e conciliação de interesses, pela obtenção de uma solução concertada dos mesmos, sempre em cumprimento e em linha com o disposto nas cláusulas 30.ª e 31.ª do Caderno de Encargos.
- 2. Quando não for possível obter uma solução amigável e negociada, nos termos previstos no número anterior, qualquer das partes poderá, a todo o momento, recorrer à via judicial.

Cláusula 15.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do presente contrato fica estipulada a competência do Juízo Local Cível de Fafe, da Comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Fafe, 22 de maio de 2024.

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

Assinado por:
Data: 2024.05.23 12:08:18+01'00'

Assinado por:
Data: 2024.05.23 11:57:54+01'00'

